



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SCARLAT PAGLIASSE

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL PÚBLICA DA REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE PALMAS DO ESTADO DO TOCANTINS (2013-2020)**

**PALMAS
2021**

SCARLAT PAGLIASSE

**ANÁLISE DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL PÚBLICA DA REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE PALMAS DO ESTADO DO TOCANTINS (2013-2020)**

A monografia foi avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Universitário de Palmas. Curso de Ciências Econômicas para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Aline Nasche.

PALMAS – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- P138a Pagliasse, Scarlet Ferreira.
Análise dos indicadores de gestão fiscal pública da região intermediária de Palmas do Estado do Tocantins (2013-2020). / Scarlet Ferreira Pagliasse. – Palmas, TO, 2021.
52 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2021.
Orientador: Aline de Oliveira Nashes
1. Gestão fiscal. 2. IFGF. 3. LRF. 4. Gestão municipal. I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

SCARLAT FERREIRA PAGLIASSE

ANÁLISE DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL PÚBLICA DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS DO ESTADO DO TOCANTINS (2013-2020)

A monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Ciências Econômicas para obtenção do título de bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14 / 02 / 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aline de Oliveira Nasche, UFT

Prof. Dr. Ana Lucia Medeiros, UFT

Prof. MSc. Éder Lucinda Pereira, UFT

PALMAS – TO

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Aline de Oliveira Nashes minha orientadora na realização deste trabalho de conclusão de curso, aos professores Dr.^a Ana Lucia de Medeiros e MSc Éder Lucinda Pereira por aceitarem participar da minha banca e, a todos os outros professores do colegiado de Ciências Econômicas que contribuíram para minha formação acadêmica, também ao Programa de Educação Tutorial (PET). A minha Mãe Michele, meu Pai Álvaro e meu Avô Esmael pelo incentivo e o apoio sempre que necessário, a minha Avó Inha, que me deu o pontapé inicial, todos sempre se fazendo presentes em todos os momentos, mesmo que a distância. Aos amigos que me ajudaram ao longo dessa trajetória, sou muito grata a: Juliano, Micauane, Thays, Maria e Dani, o meu muito obrigado. Acima de tudo minha eterna gratidão a Deus por ter me dado força e sabedoria ao longo do Curso.

RESUMO

O presente estudo avaliou os indicadores de gestão fiscal nos 42 municípios que compõem a região intermediária de Palmas no período de 2013 a 2020. Como metodologia, foram utilizadas as variáveis e análises dispostas pelo instituto Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) em relação à gestão fiscal, são eles: autonomia, gasto com pessoal, liquidez e investimento, estes foram relacionados com fatos relevantes que ocorreram durante o período de análise. Os resultados revelaram que os municípios enfrentaram uma gestão fiscal predominantemente em dificuldade.

Palavras-chaves: Tocantins. Região Intermediária de Palmas. IFGF. Autonomia. Liquidez. Gasto com pessoal. Investimento.

ABSTRACT

The present study evaluated the indicators of fiscal management in the 42 municipalities that make up the intermediate region of Palmas from 2013 to 2020. As methodology, the variables and analyses provided by the Federation of Industries Institute of Rio de Janeiro (Firjan) were used in relation to fiscal management, they are: autonomy, personnel expenditure, liquidity and investment, these were related to relevant facts that occurred during the analysis period. The results revealed that the municipalities faced a predominantly in difficulty tax management.

Keywords: Tocantins. Intermediate Region of Palmas. IFGF. Autonomy. Liquidity. Spending on staff. Investment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Divisão espacial das regiões intermediárias e imediatas do Tocantins, segundo a nova regionalização do IBGE, 2017.....	17
Figura 2 - Definição e forma de cálculo dos indicadores do IFGF Autonomia e Gasto com pessoal.....	24
Figura 3 - Definição e forma de cálculo dos indicadores do IFGF Liquidez e Investimento.....	24
Figura 4 - Classificação dos indicadores do IFGF Liquidez e Investimento.....	26
Gráfico 1 - Evolução percentual dos indicadores IFGF - geral da região intermediária de Palmas do ano de 2013 a 2020.....	29
Gráfico 2 - Comparativo percentual dos indicadores da Região intermediária de Palmas em relação ao Brasil do ano de 2013 a 2020.....	30
Gráfico 3 - Evolução do IFGF do município de Palmas de 2013 a 2020.....	31
Gráfico 4 - Evolução do IFGF - autonomia do município de Lajeado de 2013 a 2020.....	34
Gráfico 5 - Evolução do IFGF dos municípios alavancadores do indicador de Liquidez na série histórica de 2013 a 2020.....	37
Gráfico 6 - Evolução do IFGF - Liquidez do município de Miracema do Tocantins de 2013 a 2020.....	38
Gráfico 7 - Evolução do IFGF - Liquidez do município de Palmas de 2013 a 2020.....	39
Gráfico 8 - Evolução do IFGF - Investimento do município de Palmas de 2013 a 2020.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução em percentual da classificação do IFGF dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	27
Quadro 2 - Relação de municípios que apresentaram gestão excelente de 2013 a 2020.....	30
Quadro 3 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - autonomia dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	32
Quadro 4 - Evolução do indicador IFGF - autonomia dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	33
Quadro 5 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - gastos com pessoal dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	35
Quadro 6 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - liquidez dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	36
Quadro 7 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - Investimento dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional De Água E Saneamento Básico
AUDIFISCO	Associação Dos Auditores Fiscais do Tocantins
CAPAG	Capacidade De Pagamento
CIDE	Contribuição De Intervenção No Município Econômico
DND	Dados Não Disponíveis
FPE	Fundo De Participação Dos Estados
FPM	Fundo de Participação Dos Municípios
FUNDEB	Fundo De Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica E De Valorização Dos Profissionais Da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação De Mercadoria E Serviços
IFGF	Índice FIRJAN De Gestão Fiscal
IL	Índice De Liquidez
IPI	Imposto Sobre Produto Industrializado
IPVA	Imposto Sobre Propriedade De Veículos Automotores
IR	Imposto De Renda
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LDO	Lei De Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei De Responsabilidade Fiscal
MDE	Manutenção E Desenvolvimento Do Ensino
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
RCL	Receita Corrente Líquida
SEFAZ	Secretaria Da Fazenda
STN	Secretaria Do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Problema de Pesquisa.....	13
1.2 Delimitação da pesquisa.....	13
2. OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral.....	14
2.2 Objetivos específicos.....	14
3. METODOLOGIA.....	15
3.1 Metodologia da pesquisa	16
3.2 Procedimentos metodológicos	16
4. REVISÃO DE LITERATURA.....	18
4.1 Gestão Fiscal	18
4.2 Índice FIRJAN	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
5.1 Indicadores de gestão fiscal para a região intermediária de Palmas.....	24
5.2 Indicadores do IFGF para a autonomia da gestão, os gastos com pessoal, os investimentos e a liquidez referente a região intermediária de Palmas	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
7. REFERÊNCIAS.....	43
8. ANEXOS	48

1 INTRODUÇÃO

A má gestão dos recursos municipais causada diversas vezes pela falta de comprometimento dos gestores públicos, agravado pelo fator corrupção e ausência de regulação e fiscalização mais severa, demonstrada historicamente no Brasil, fez com que o Estado instituisse a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 4 de maio de 2000. (BRASIL,2000)

Segundo Castro (2000), o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é corrigir o rumo da administração pública, no âmbito dos estados, incluindo o Distrito Federal, dos municípios e da União, bem como limitar os gastos às receitas, adotando para isso técnicas de planejamento governamental, organização, controle interno e externo e transparência das ações de governo em relação à população, incentivando o controle social.

Segundo Nasche (2021), a estrutura socioeconômica do Brasil é marcada por desigualdades advindas de processos variados referentes ao desenvolvimento econômico, que induziram uma crescente concentração regional dos fatores de produção e da renda. Este fato também se dá pelo fato do Brasil ser um país continental com grandes assimetrias regionais, o que exige do estado brasileiro ações efetivas no campo econômico e social por meio da formulação e implantação de políticas públicas orientadas para a geração de emprego e renda e para o aumento de investimentos em educação, saúde, infraestrutura, segurança, habitação, entre outras funções que são da competência dos três entes: união, estados e municípios (HÖFLING et al., 2001).

A descentralização fiscal foi a principal característica do sistema tributário adotado em 1988. A União renunciou a uma parcela significativa da tributação, repassando a competência de tributar e arrecadar receitas para os Estados e municípios. Em decorrência disso, a União se viu obrigada a criar tributos que não estavam no rol de obrigatoriedade de compartilhamento com os demais entes, o que gerou distorções na economia e ineficiência no processo de transferências de recursos para a federação (CRUZ; AFONSO, 2018).

Para Guimarães (2008), a disponibilidade de indicadores sociais para uso no diagnóstico da realidade social empírica, formulação de políticas, monitoramento das condições de vida da população, análise da mudança social está, pois, condicionada à oferta e às características das estatísticas públicas existentes. Assim, para a avaliação da gestão, indicadores compostos são

importantes porque permitem fazer comparações globais da situação do Município e do desempenho da gestão.

Nesse sentido, o Índice Firjan de gestão fiscal (IFGF) é considerado uma ferramenta de controle social capaz de aprimorar a gestão fiscal dos municípios, através do acompanhamento de 5.337 municípios ao longo dos anos e a comparação entre eles por meio de um ranking, possibilitando o aprimoramento da gestão fiscal, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação de recursos (FIRJAN, 2021).

O campo de estudo deste trabalho compreende o estado do Tocantins, mais especificamente a região intermediária de Palmas, contida na mesma região oriental. É o mais novo estado brasileiro, foi criado em 1988 e instalado em 1º de janeiro de 1989. Autores como Souza et al. (2009), defendem que a criação de um novo ente federativo seria um imperativo para o desenvolvimento regional, possibilitado pela maior descentralização de recursos e maior autonomia na alocação dos investimentos, impactando positivamente na geração de emprego e renda para a população, bem como na maior provisão de bens e serviços públicos.

1.1 Problema de pesquisa

- Qual o grau de eficiência da gestão fiscal pública municipal dos municípios da região intermediária de Palmas no estado do Tocantins nos últimos oito anos?

1.2 Delimitação da pesquisa

Os indicadores de gestão fiscal nos 42 municípios que compõem a região intermediária de Palmas, Tocantins, no período de 2013 a 2020.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Analisar os indicadores de qualidade da gestão fiscal pública municipal dos municípios da região intermediária de Palmas no estado do Tocantins no período de 2013 a 2020.

2.2 Objetivos específicos

- 1) Identificar os indicadores de gestão fiscal para a região intermediária de Palmas;
- 2) Demonstrar as relações dos indicadores do IFGF para a autonomia da gestão, os gastos com pessoal, os investimentos e a liquidez;

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa quanto aos seus objetivos pode ser considerada como uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2010), a pesquisa descritiva se dá quando o pesquisador procura explicar os porquês das coisas e suas causas, por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados. Visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos; “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas.”

Já a pesquisa descritiva se caracteriza quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Também, os estudos exploratórios descritivos combinados são estudos que têm o objetivo de descrever um determinado fenômeno ou fato. Ocorrem quando são realizados estudos de análise empírica e teórica. As pesquisas podem ser tanto descrições quantitativas quanto qualitativas, dependendo da quantidade de informações já obtidas pelo pesquisador (LAKATOS MARCONI, 2005).

A abordagem adotada foi a qualitativa, uma vez que de acordo com Fonseca (2002) recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc. Mas também, foi adotado a abordagem quantitativa, já que segundo Knechtel (2014), está segue uma modalidade de pesquisa que atua sobre um problema humano ou social, baseada no teste de uma teoria e composta por variáveis quantificadas em números, preocupando-se com a quantificação dos dados, comprovando se uma teoria é válida ou não a partir de análises. Desta forma, foi adotada uma abordagem qualitativa e quantitativa com fonte de dados secundários, utilizando métodos descritivos e exploratórios, por meio de levantamento bibliográfico e análises documentais sobre o tema: análise dos indicadores de gestão fiscal pública da região intermediária de Palmas do estado do Tocantins (2013-2020).

3.1 Metodologia da pesquisa

Preliminarmente foi realizada uma revisão bibliográfica, majoritariamente abordando a dinâmica da gestão fiscal a partir da Lei de Responsabilidade fiscal (LRF) sobre o tema em questão, as fontes utilizadas são: artigos, teses, livros, dissertações, leis e relatórios publicados em sites institucionais tais como, IBGE, SEFAZ, STN, Fundeb, FIRJAN e entre outras. “Na revisão da literatura, é realizada uma ampla discussão sobre o estágio do tema, na forma de um debate entre os autores consultados, com o objetivo de identificar posturas, ideias e opiniões através de uma análise crítica e reflexiva dos seus conteúdos” (PRODANOV e FREITAS, 2013, P. 253).

3.2 Procedimentos metodológicos

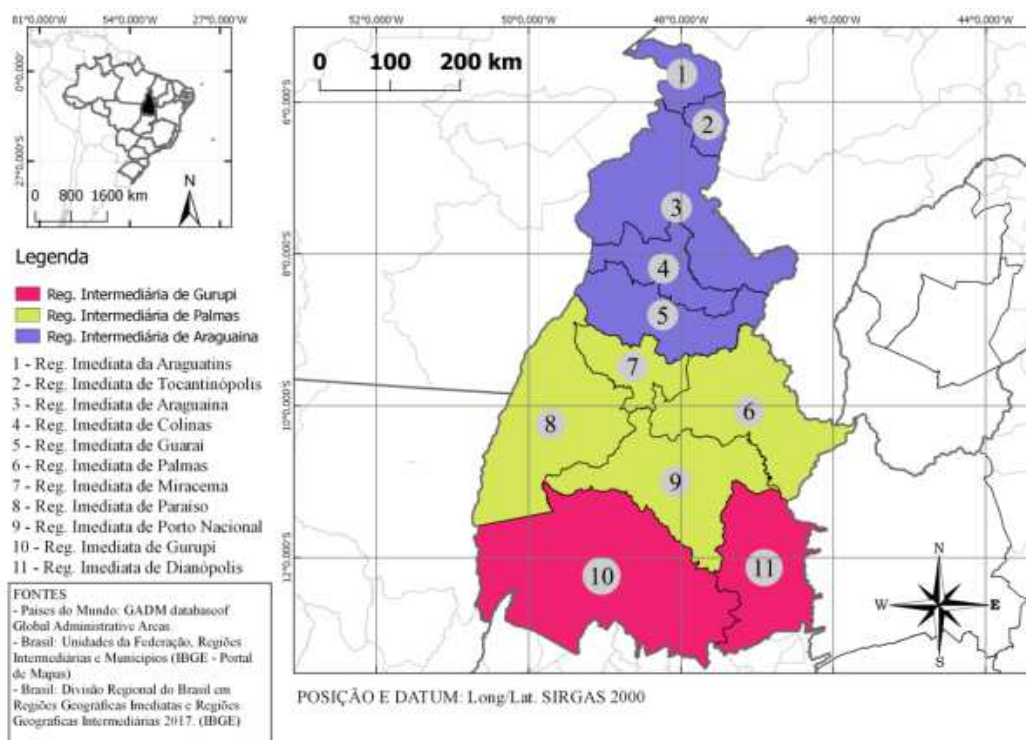
A coleta de dados deste trabalho foi realizada de modo a combinar técnicas e métodos de análise de indicadores de informações. Para Freixo (2011), é na coleta de dados que o pesquisador seleciona os meios e métodos de coleta de dados com o objetivo de medir as variáveis do estudo.

Para análise de dados foram utilizadas como base os indicadores do FIRJAN de gestão fiscal, este considera que “o equilíbrio das contas públicas é crucial para a garantia de um ambiente de negócios competitivo e geração de emprego e renda para a população e os municípios têm papel fundamental nesse processo” (FIRJAN, 2021).

A delimitação da área de estudo foi feita de acordo com a nova regionalização do IBGE de 2017, explicando que as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade, enquanto as Regiões Imediatas são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações. (IBGE, 2021)

O Tocantins é subdividido em três regiões intermediárias, são elas: Palmas, Araguaína e Gurupi, estas abrangem 11 regiões imediatas, correspondendo a Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí, Palmas, Miracema, Paraíso, Porto Nacional, Gurupi e Dianópolis.

Figura 1 - Divisão espacial das regiões intermediárias e imediatas do Tocantins, segundo a nova regionalização do IBGE, 2017



Fonte: MEDEIROS *et al* (2019).

Desta forma, esta pesquisa compreende a Região intermediária de Palmas, conforme indicado na Figura 1, correspondendo ao número 6, composta pelas Regiões Imediatas de Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Miracema do Tocantins, totalizando 42 municípios.

São eles: Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguaçema, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Caseara, Chapada da Natividade, Chapada de Areia Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Fátima, Ipueiras, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lizarda, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Natividade, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pindorama do Tocantins, Pium, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Pugmil, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins, Silvanópolis e Tocantínia.

Assim, o trabalho se limita a uma análise de dados entre o período de 2013 a 2020, dos indicadores de gestão fiscal da região intermediária de Palmas, estado do Tocantins, através do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF).

Após a coleta e tabulação de dados, estes foram apresentados, por meio de rankings, quadros e gráficos, posteriormente analisados a partir da classificação de gestão fiscal estabelecida pelo IFGF sobre as variáveis de autonomia da gestão, gastos com pessoal, investimentos e liquidez.

Os quadros de evolução percentual de elaboração própria consideram que 100% estão para os 42 municípios que compõem a região intermediária de Palmas, assim, a soma do percentual das categorias “Gestão de excelência”, “Boa gestão”, “Gestão em Dificuldade”, “Gestão Crítica” e “Dados não Disponíveis” deve ser igual a 100.

A análise de dados buscou ressaltar os municípios que mantiveram constância ao longo do período analisado, bem como destacar os que impactaram positivamente e negativamente o desempenho da região intermediária de Palmas como um todo.

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 Gestão Fiscal

A gestão fiscal refere-se a dois componentes basilares do orçamento público: as receitas e as despesas públicas. A Lei 4.320/64 dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1964).

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2013), o gestor público deve atuar de forma que a gestão fiscal gere o equilíbrio das contas públicas, por meio da observação das normas e limites de gastos previstos na Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, dando ênfase na prestação de contas sobre o quanto e como se gastam os recursos colocados à disposição da administração pela sociedade.

A LRF passou a estabelecer processos de planejamento e execução mais rigorosos sobre a gestão dos recursos públicos, introduzindo uma carga maior de responsabilidade e transparência quanto à atividade dos gestores públicos e municipais. Tal lei limitou os gastos e endividamentos

dos entes, buscou um equilíbrio entre receitas e despesas públicas e o fomento de investimentos prioritários ao desenvolvimento e melhora dos indicadores sociais (OLIVEIRA et al., 2010).

As despesas públicas podem ser classificadas como orçamentárias e extraorçamentárias, sendo que a primeira depende da autorização legislativa e não podem ser realizadas sem crédito orçamentário correspondente; enquanto a segunda independe da autorização legislativa, já que corresponde às restrições ou entrega de valores recebidos, tendo como exemplo: cauções, depósitos, consignações e outros (Lei 4.320/64; KOHAMA, 2003).

A despesa de classe econômica pode ser classificada em duas categorias, são elas: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são divididas em três grupos de despesas: pessoal, pagamento de juros e outras despesas correntes que são utilizadas para manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, pode ser tomado como exemplo: manutenção e conservação de equipamento de processamento de dados; pen-drive; peças de informática para reposição imediata ou para estoque e outros. Enquanto as despesas de capital são aquelas que contribuirão para a formação ou aquisição de um bem de capital, pode ser tomado como exemplo: obras e instalações, máquinas e equipamentos, aquisição de software, aquisição de softwares sob encomenda, veículos, bens móveis e outros. Estas ainda contribuem diretamente para formação ou aquisição de um bem de capital e estão subdivididas em três grupos de natureza: investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida. (BRASIL. CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, 2018)

De acordo com a Secretaria do tesouro nacional, receitas públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas, assim, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas (BRASIL, 2006).

A Lei nº 4.320/64, em seu artigo 11, classifica a receita pública orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. Com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338 de 26 de abril de 2006, essas categorias econômicas foram detalhadas em Receitas Correntes Intra-Orçamentárias e Receitas de Capital Intra-Orçamentárias. Essa especificação deveu-se à necessidade de se evidenciar as receitas decorrentes de operações intra-orçamentárias, ou seja, operações que resultem, de um lado, de despesa de órgãos, fundos ou entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e, de outro lado, receita de outros órgãos, fundos ou entidades também constantes desses orçamentos no âmbito da mesma esfera de governo. (BRASIL, 2006)

Receitas correntes são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, são denominadas de receitas correntes

porque não têm suas origens em operações de crédito, amortização de empréstimos e financiamentos nem alienação de componentes do ativo permanente, são derivadas do poder de tributar ou resultantes da venda de produtos ou serviços colocados à disposição dos usuários. (BRASIL, 2006)

A Receita corrente líquida é obtida pelo somatório das recitas correntes de todos os órgãos, inclusive daqueles que possuem autonomia administrativa e financeira, excluídas apenas as contribuições dos servidores para o sistema previdenciário, como também as transferências intragovernamentais e os rateios ao FUNDEB (DIENG et al., 2004).

A Constituição Federal de 1988 trata sobre a partilha de impostos de recolhimento federal ou estadual como sendo transferências para os Estados, Distrito Federal e municípios, com o intuito de reduzir as desigualdades territoriais, já que a arrecadação tributária, às vezes, não é suficiente para manutenção dos serviços básicos inerentes à Administração Pública (MORAES; BONIFÁCIO, 2016).

Para cumprir com a arrecadação, foram estabelecidos dois fundos principais, o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 159, I, alínea "a", determina que 21,5% da receita arrecadada com IR (Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza) e IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) sejam repassados pela União aos Estados e Distrito Federal. Esse repasse é feito por meio FPE, e a distribuição desses deve ser proporcional ao coeficiente individual de participação resultante do produto do fator representativo da população de cada Estado (SEFAZ).

Conforme disposto no Fundeb, o FPE constitui importante instrumento de redistribuição da renda nacional, visto que promove a transferência de parcela dos recursos arrecadados em áreas mais desenvolvidas para áreas menos desenvolvidas do País: 85% dos recursos são destinados aos estados das Regiões Norte (25,37%), Nordeste (52,46%) e Centro-Oeste (7,17%) e 15% aos estados das Regiões Sul (6,52%) e Sudeste (8,48%).

Enquanto o FPM:

É uma transferência constitucional (CF, art. 159, I, b, d, e), composto de 24,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A distribuição dos recursos aos municípios é efetuada de acordo com o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e, o máximo é

4,0 para aqueles acima 156 mil. Do total de recursos, 10% são destinados aos municípios das capitais, 86,4% para os demais municípios e 3,6% para o fundo de reserva a que fazem jus os municípios com população superior a 142.633 habitantes (coeficiente de 3.8), excluídas as capitais. (Fundeb, 2017)

Estas são estabelecidas pela Constituição Federal e são compostas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional ao valor das exportações (IPI-Exportação) e Compensações Financeiras. (MORAIS; BONIFÁCIO, 2016).

Também estão dispostas no art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 as transferências voluntárias como “entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.” (BRASIL,2000). Barros et al. explicam a importância que todas essas transferências destinadas aos entes federativos representam para o equilíbrio das finanças públicas, contribuindo também com o desenvolvimento, a descentralização e reforçando a autonomia local; sendo operacionalizadas por meio de convênios ou de contratos de repasse.

Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) foi criada em um contexto em que se demonstra a necessidade da imposição de limites e metas numéricas aos gestores da política fiscal nos diversos âmbitos de governo, buscando maior responsabilidade e transparência, também almejando gerar menores déficits fiscais e menor acúmulo de dívida, criando mecanismos que sinalizasse uma conduta fiscal responsável. Desta forma, surgiu no Brasil o conceito de Responsabilidade Fiscal na Gestão pública (FIROVANTE, PINHEIRO e VIEIRA, 2006)

A LRF estabelece limites ao endividamento do setor público, embora seus objetivos sejam mais abrangentes, surgindo como resposta ao desequilíbrio fiscal e financeiro dos governos estaduais e municipais, prevendo mecanismos de controle fiscal e financeiro das contas governamentais, ao evitar ações em desacordo com os princípios basilares das Finanças Públicas, busca evitar situações de déficit potencial e, em última instância, garantir sustentabilidade ao controle do endividamento (ALMEIDA, FERREIRA, 2005).

Neste sentido, o orçamento público passa a ser, segundo o ministério da economia, um instrumento de planejamento que estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Essa programação orçamentária consta na Lei Orçamentária Anual (LOA), elaborada com base nas metas e prioridades do Governo definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). É a LDO que estabelece a ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). (BRASIL, 2021).

Em conformidade com o artigo 165 das Leis de iniciativa do poder executivo, no parágrafo segundo:

A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL,2021)

Segundo Gontijo (BRASIL,2021), cabe à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte. Já a LOA tem como principais objetivos estimar a receita e fixar a programação das despesas para o exercício financeiro. Assim, a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere.

A LRF define que deve acompanhar a LDO um Anexo de Metas Fiscais, estas são relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e o montante da dívida pública, referindo-se para o exercício dos dois seguintes. Dispondo também, de um Anexo de Riscos Fiscais, avaliando os passivos e riscos que possam afetar as finanças do município, que informa aquilo que se pretende fazer caso esses riscos se concretizem (BRASIL, 2000).

A LOA compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 2018).

O Plano Plurianual (PPA) foi instituído em 1987 como programação plurianual de despesas. Nesse plano devem estar especificadas as obras que o gestor municipal pretende realizar dentro desse quadriênio (BRASIL, 2018).

Esses planos agem como mecanismos de gestão fiscal a fim de cumprir o ciclo orçamentário, que de acordo com a Cartilha Cidadã (Belo Horizonte, 2005) é a sequência de etapas – elaboração, apreciação legislativa, execução, controle e avaliação – exigidas por lei para que o poder público realize as diversas políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, obras públicas etc.

4.2 Índice FIRJAN

O Índice FIRJAN de gestão fiscal (IFGF) foi criado no ano de 2012, com o objetivo de estimular a cultura da responsabilidade administrativa. Através desse índice foi possível acompanhar a gestão fiscal de cada município estudado e observar a alocação dos recursos realizadas pelos gestores públicos, o IFGF analisa a maneira pela qual os tributos recolhidos pelos municípios são administrados pelas prefeituras, sendo os dados utilizados para o estudo fornecidos através de dados oficiais das prefeituras e declarações que posteriormente a FIRJAN calculará e monitorará este índice disponibilizando os resultados a sociedade.

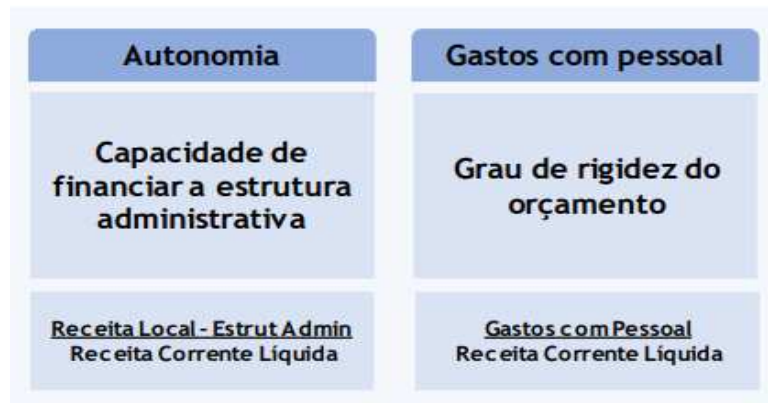
Segundo o FIRJAN, “as prefeituras são responsáveis por administrar um quarto da carga tributária brasileira, ou seja, mais de R \$461 bilhões, um montante que supera o orçamento do setor público da Argentina e do Uruguai somados”. (FIRJAN, 2017 p. 7).

O IFGF além de trazer à luz as principais questões que pautam a administração das contas públicas fluminenses, o índice também analisa as contas de todos os municípios do Brasil (IFGF - Anexos Metodológicos, 2021).

Por ser um índice com abrangência nacional e comparação anual, o IFGF assume mais de uma função: i) mapa dos principais entraves em torno do Pacto Federativo; ii) instrumento de suporte para gestores públicos de todo o país administrarem suas contas de forma eficiente; iii) ferramenta de controle social para os cidadãos sobre a administração dos recursos públicos; iv) rating para investidores sobre ambiente de negócios. Para atender de forma eficiente a cada um desses pontos, o IFGF é composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25%.(FIRJAN, 2021)

Os indicadores são: IFGF geral, IFGF autonomia, IFGF Gastos com pessoal, IFGF liquidez e IFGF Investimento. Estes são definidos e calculados conforme as figuras abaixo:

Figura 2 - Definição e forma de cálculo dos indicadores do IFGF Autonomia e Gasto com pessoal.



Fonte: IFGF - Anexo Metodológico (2021).

A figura 2 explica a definição e como é feito o cálculo dos indicadores de Autonomia e o de gastos com pessoal. A autonomia expressa o resultado da receita local amortizado pela estrutura administrativa sobre a receita corrente líquida municipal, indicando a capacidade do município de financiar a estrutura administrativa. O indicador de gastos com pessoal demonstra o grau de rigidez do orçamento municipal, resultado dos gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida.

Figura 3 - Definição e forma de cálculo dos indicadores do IFGF Liquidez e Investimento.



Fonte: IFGF - Anexo Metodológico (2021).

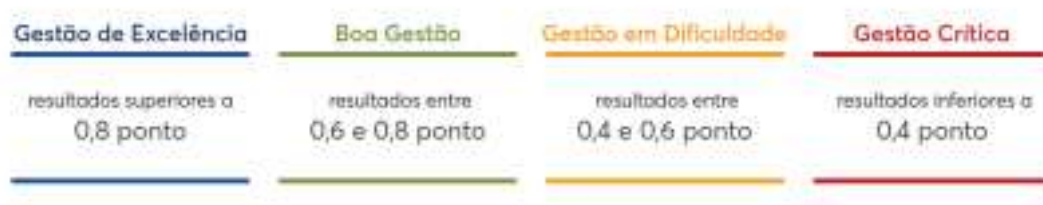
A figura 3 explica a definição e como é feito o cálculo dos indicadores de liquidez e o de investimentos. A liquidez expressa o resultado do caixa amortizado pelos restos a pagar sobre a receita corrente líquida municipal, indicando a capacidade do município de cumprir com as obrigações financeiras. O indicador de investimentos com pessoal demonstra a capacidade de gerar bem-estar e competitividade, resultado dos investimentos sobre a receita total. Para o cálculo do indicador de autonomia, é considerado o estágio liquidação da despesa. São consideradas receitas oriundas da atividade econômica local: Impostos, Receita Patrimonial (exceto Valores Mobiliários e Exploração de Recursos Naturais), Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do IPI – Municípios.

No cálculo do indicador de gasto com pessoal, é considerado o estágio de liquidação da despesa. São consideradas as despesas de pessoal declaradas pelos poderes Executivo e Legislativo dos municípios. Para liquidez, são considerados os restos a pagar processados e não processados inscritos no ano. Por uma questão de padronização das informações declaradas pelos municípios, calculamos o valor dos restos a pagar a partir da diferença entre as Despesas Empenhadas e Despesas Pagas. No caso dos investimentos, é considerado o estágio liquidado da despesa. (IFGF - Anexos Metodológicos, 2021)

O indicador autonomia representa a relação entre as receitas arrecadadas associadas a atividade econômica (impostos, receitas agropecuárias, industriais, de serviços, patrimoniais, cota parte do ICMS, cota parte do ITR, cota parte do IPI, cota parte do IPVA) e as despesas com as funções legislativa, judiciário, essencial a justiça e administrativas. Se o indicador for maior do que 25% significam que o indicador de gestão fiscal é de excelência. (IFGF, 2021)

Estes quatro indicadores podem variar de 0 a 1 pontos, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município, conseqüentemente, quanto mais próximo de 0 pior a gestão fiscal do município. Sendo Classificados pelo índice FIRJAN em: gestão de excelência, boa gestão, gestão em dificuldade e gestão crítica de acordo com a pontuação obtida conforme indica a figura 4.

Figura 4 - Classificação dos indicadores do IFGF Liquidez e Investimento



Fonte: IFGF - Anexo Metodológico (2021).

Quanto mais próximo de zero o IFGF Autonomia do município, menor a capacidade dele em gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa. Já o IFGF de Gastos com Pessoal vai indicar que quanto mais próximo de 1, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal e, conseqüentemente, maior o espaço de manobra para a prefeitura executar políticas públicas. Quanto mais próximo de 1 estiver o IFGF liquidez, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura. E, em relação ao IFGF Investimentos, foi estabelecida uma nota de corte para os municípios que investiram mais de 12% da sua Receita Total foi atribuída nota 1,00, assim, quanto mais próximo deste, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras. (IFGF - Anexos Metodológicos, 2021)

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Índice FIRJAN considera para o cálculo os limites constitucionais e limites da LRF, principal lei que trata da gestão fiscal. Este índice varia de 0 a 1 pontos, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a situação fiscal do município (FIRJAN, 2017).

5.1 Indicadores de gestão fiscal para a região intermediária de Palmas;

No âmbito municipal, foi implementado o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus (Lei Complementar nº 173 de 2020); a Reposição do Fundo de Participação dos Municípios (Lei nº 14.041 de 2020) e o pagamento das compensações pelas perdas da Lei Kandir (Lei Complementar nº 176 de 2020), juntas elas garantiram que R\$ 31,5 bilhões fossem transferidos aos municípios no ano de 2020.

As eleições municipais complementam o plano de fundo das contas públicas em 2020. É importante destacar que o histórico brasileiro mostra que nesses períodos há maiores esforços para garantir bons níveis de investimentos e planejamento financeiro eficiente por parte dos gestores. (FIRJAN, 2021)

Assim, considerando os 42 municípios analisados, o quadro 1, abaixo, expressa a distribuição do IFGF dos municípios da região intermediária de Palmas, bem como a variação de municípios por classificação da gestão fiscal em todos os anos de análise.

Quadro 1 - Evolução em percentual da classificação do IFGF dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

CLASSIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gestão de Exelência	2,38	4,76	0,00	0,00	0,00	2,38	0,00	7,14
Boa Gestão	19,05	40,48	19,05	19,05	7,14	14,29	19,05	38,10
Gestão em Dificuldade	40,48	30,95	38,10	66,67	45,24	47,62	45,24	42,86
Gestão Crítica	35,71	19,05	42,86	9,52	30,95	23,81	33,33	4,76
Dados não Disponíveis	2,38	4,76	0,00	4,76	16,67	11,90	2,38	7,14

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Os resultados predominantes do IFGF de 2013 a 2020 foram inferiores a 0,6, que de acordo com a classificação deste índice podem representar uma Gestão em Dificuldade (entre 0,4 e 0,6 pontos) ou Gestão Crítica (inferiores a 0,4). Nota-se que de maneira geral a maioria dos municípios concentrou-se em situação de gestão em dificuldade, o ano que apresentou maior número de municípios nesta classificação foi 2016.

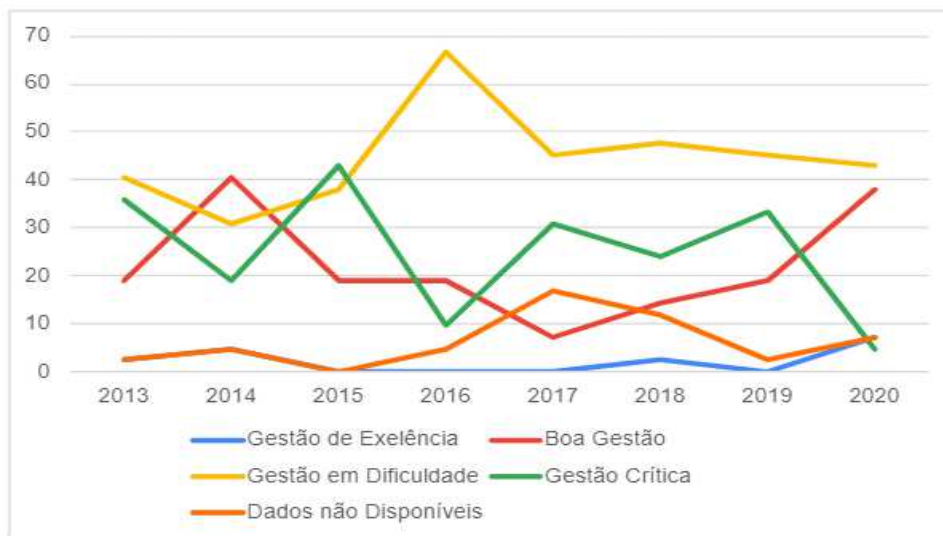
Poucos municípios apresentaram Gestão de Excelência do IFGF de 2013 a 2020, sendo este último o ano com mais municípios neste segmento, de 7,14%.

Os dados do quadro 1 mostra que, no ano de 2015 destaca-se dos demais por não ter ausência de dados em nenhum dos 42 municípios que compõem a amostra, permitindo uma análise mais concisa. Assim, vale ressaltar que neste ano 38,10% Gestão em Dificuldade, 19,05% Boa Gestão, nenhum em excelência de gestão e 42,86% dos municípios encontravam-se em Gestão Crítica.

Chama atenção que 2015 foi o ano com o maior número de municípios em gestão crítica, no âmbito nacional, a queda nos níveis de atividade econômica acelerou no primeiro trimestre de 2015, com o PIB real contraindo em relação ao primeiro trimestre do ano anterior, nos trimestres subsequentes, fazendo com que o PIB contraísse 5,82% no último trimestre de 2015. Outro fator levantado pelo autor foi que a queda acentuada dos gastos com a Formação Bruta de Capital Fixo ocorrida em 2014 atuou como estopim da recessão que se abateu sobre a economia brasileira. A aceleração da inflação resultou na queda da renda real por trabalhador, atuando como um dos fatores que explica a forte contração dos gastos de consumo das famílias a partir do primeiro trimestre de 2015.(OREIRO, 2017)

Outro fator que contribuiu para a amplificação dos efeitos recessivos da queda dos gastos de investimento foi o comportamento da política fiscal. [...] a política fiscal no Brasil no período 2003-2015 foi, em geral, pró-cíclica; ou seja, adotou uma postura expansionista durante os períodos nos quais a economia crescia acima da sua tendência de longo prazo; e uma postura contracionista nos momentos em que a economia operava abaixo do potencial. A pró-ciclicidade da política fiscal brasileira se acentuou em 2015 em função da perda do espaço fiscal³ decorrente da eliminação da capacidade de geração de superávit primário pelo Setor Público ao longo do ano de 2014. [...] Para fazer frente a esse risco, o Ministério da Fazenda adotou um forte ajuste fiscal. (OREIRO, 2017, P.80).

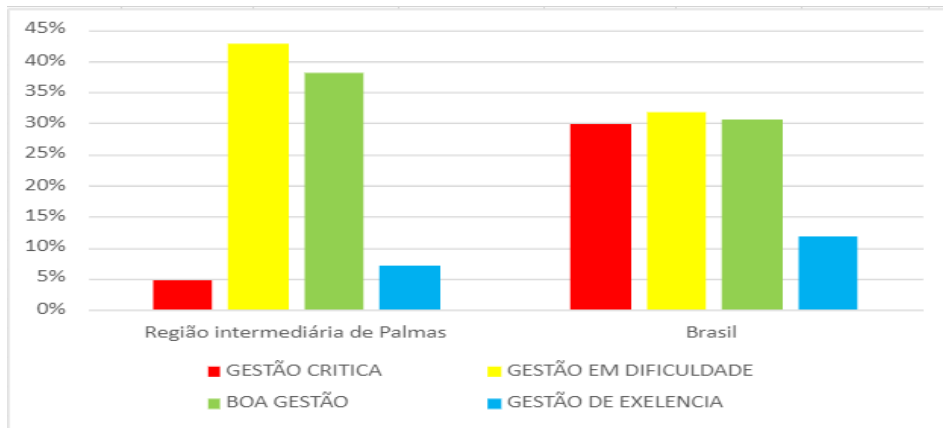
Gráfico 1 - Evolução percentual dos indicadores IFGF - geral da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Fica evidente a grande variação de municípios que se encontravam em situação de Gestão Crítica de 2019 para 2020, apresentando uma mudança brusca de 33,33% para 4,76% respectivamente, conforme o gráfico 1. Essa mudança, pode ser atribuída às medidas adotadas durante o período de pandemia, como o reconhecimento do estado de calamidade pública, o que o dispensa de cumprir a meta fiscal do ano fixada em lei, abrindo espaço para aumento de gastos (Época Negócios, 2020).

Gráfico 2 - Comparativo percentual dos indicadores da Região intermediária de Palmas em relação ao Brasil no ano de 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Os índices fiscais, em relação a Gestão em Dificuldade, encontram-se acima da média geral do Brasil, de acordo com FIRJAN (2021), enquanto a nível nacional, dos 4.544 municípios brasileiros analisados pelo IFGF no ano base 2020, 31,8% dos municípios encontram-se nesta categoria, os municípios que compõem a região intermediária de Palmas apresentam 42,86% nesta situação. O quadro 2, ressalta a Boa Gestão, deste, onde 38,10% dos municípios analisados se encaixam nesse parâmetro, quando comparado a nível nacional encontram-se acima da média.

Quadro 2 - Relação de municípios que apresentaram gestão excelente de 2013 a 2020.

ANO	MUNICÍPIOS COM GESTÃO DE EXCELÊNCIA*
2013	Pium
2014	Paraiso do Tocantins, Lajeado
2015	-
2016	-
2017	-
2018	Lajeado
2019	-
2020	Silvanópolis, Santa Rita do Tocantins, Monte do Carmo

Fonte: Elaboração Própria, resultados da pesquisa (2021). *Índice FIRJAN de Gestão Fiscal, indicadores com classificação maior que 0,8.

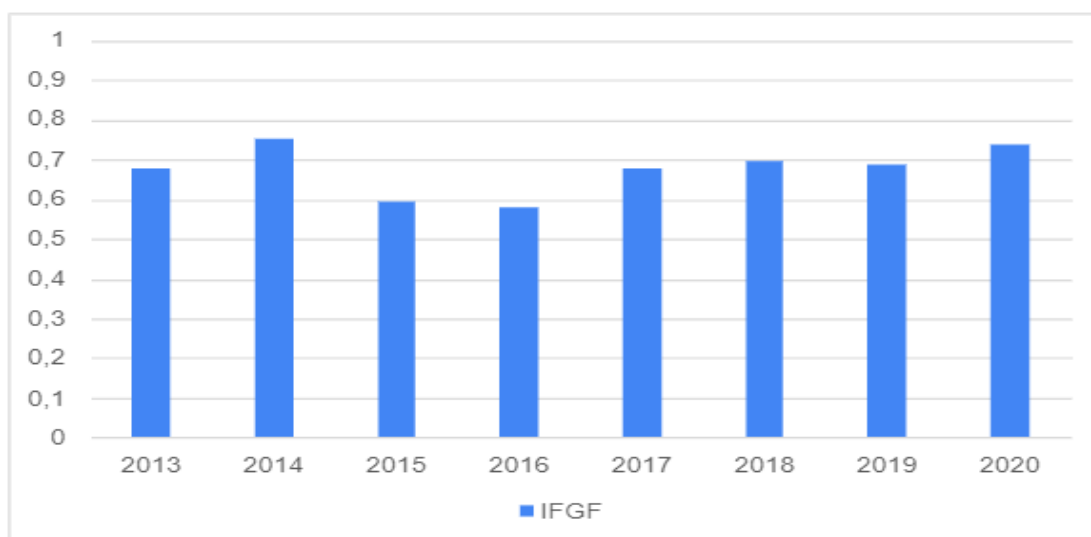
No que se refere a Gestão Excelente, nenhum dos 42 municípios manteve-se constante neste parâmetro. O único classificado por mais vezes ao longo do período de estudo foi Lajeado. Este, destacou-se ainda com a Autonomia, mantendo-se com uma Gestão de Excelência, este indicador, junto ao de Gasto com Pessoal, foram os responsáveis por manter o IFGF deste maior que 0,6, exceto pelo ano de 2017 no qual caiu para boa gestão.

Destacou-se negativamente Ponte Alta do Tocantins, que de 2013 a 2019 manteve-se com Gestão Crítica, sendo o município que mais permaneceu nesta classificação, apenas em 2020 passou para Gestão em Dificuldade.

A autonomia da gestão fiscal foi o indicador que mais impactou negativamente o desempenho do IFGF, visto que só apresentou desempenho maior que 0,03 em 2015 e 2017, ainda assim encontrando-se em estado crítico de gestão. Enquanto, liquidez foi o indicador que mais alcançou o desempenho, mantendo-se de 2013 a 2017 em dificuldade, demonstrou trajetória crescente de 2018 a 2020, chegando neste último ano de análise a excelência com 0,83.

Cabe destacar que apesar de Palmas, capital do estado, não ter alcançado a excelência em nenhum dos anos de análise do IFGF, manteve-se com uma boa gestão, exceto pelos anos de 2015 e 2016, que apresentou resultados de 0,5925 e 0,5815 respectivamente, conforme o gráfico 3. Também aparecendo no Ranking das capitais em 15º posição do IFGF.

Gráfico 3 - Evolução do IFGF do município de Palmas de 2013 a 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

5.2 Indicadores do IFGF para a autonomia da gestão, os gastos com pessoal, os investimentos e a liquidez referente a região intermediária de Palmas;

O indicador IFGF - autonomia verifica a relação entre as receitas oriundas da atividade econômica do município e os custos para manter a câmara de vereadores e a estrutura administrativa do município.

Abaixo, o quadro 3 expressa a distribuição do IFGF - autonomia dos municípios da região intermediária de Palmas, bem como a variação de números de municípios por classificação do nível de autonomia dos 42 municípios em todos os anos de análise.

Quadro 3 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - autonomia dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

CLASSIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gestão de Exelência	7,14	9,52	9,52	4,76	4,76	11,90	11,90	9,52
Boa Gestão	7,14	2,38	2,38	9,52	7,14	2,38	0,00	9,52
Gestão em Dificuldade	0,00	0,00	2,38	2,38	2,38	14,29	14,29	9,52
Gestão Crítica	83,33	83,33	85,71	80,95	69,05	59,52	71,43	64,29
Dados não Disponíveis	2,38	4,76	0,00	2,38	16,67	11,90	2,38	7,14

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Nota-se que em todos os anos a maior parte dos municípios expressou Gestão Crítica, 2015 foi o pior ano com 85,71% dos municípios, enquanto 2018 apresentou o menor número com 59,52% nesta situação, enterrasse que em 2018 o IBGE, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), apontou que o Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins de 2018 atingiu o valor de R\$ 35,6 bilhões e teve crescimento em volume de 4,5%, em relação ao ano anterior, no cenário nacional, o Estado figura como o 24º melhor resultado; e, na região Norte, ocupa a quarta posição (Tocantins, 2021), resultado impulsionado pelo agronegócio.

Os municípios de Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Barrolândia, Brejinho de Nazaré, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Cristalândia, Dois Irmãos do Tocantins, Fátima, Ipueiras, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Pindorama do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Pugmil, Rio dos Bois, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins,

São Félix do Tocantins, Silvanópolis e Tocantínia em todo período de análise que constavam dados disponíveis encontraram-se com autonomia de gestão crítica.

A baixa geração de receitas pelas economias municipais ainda se configura como o principal entrave à gestão fiscal dos municípios, diante do contexto de pandemia, onde houve forte retração da atividade econômica, as políticas em prol da manutenção do emprego e renda da população aumentaram os impactos negativos sobre o consumo e a arrecadação de tributos, mas, o aumento do nível de preços teve contribuição relevante para impedir a queda da arrecadação de impostos sobre mercadorias (FIRJAN, 2021).

Os municípios no quadro 4, a seguir, desempenharam bons resultados ao longo de todos os anos, mantendo os níveis de autonomia em Boa Gestão e Excelência de Gestão. Lajeado e Miracema manifestaram os melhores desempenhos, apresentando Boa Gestão em apenas um dos anos de análise, respectivamente, 2017 e 2020.

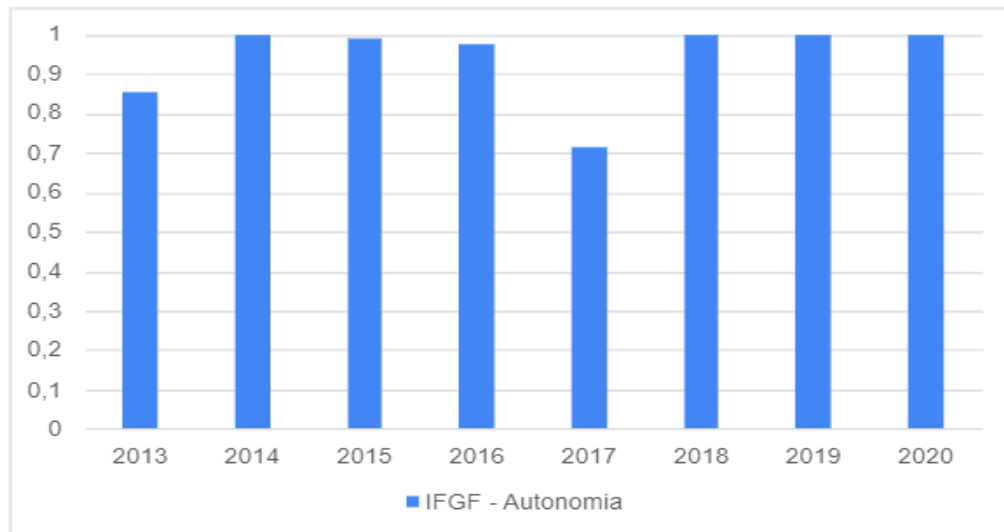
Quadro 4 - Evolução do indicador IFGF - autonomia dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Lajeado	0,85	1,00	0,99	0,97	0,71	1,00	1,00	1,00
Miracema do Tocantins	0,93	1,00	1,00	1,00	0,84	0,89	0,85	0,70
Palmas	0,76	0,68	0,79	0,69	0,93	0,89	0,98	0,96
Paraíso do Tocantins	0,74	0,85	0,81	0,73	0,78	0,84	0,96	0,84

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Destacando o caso de Lajeado do Tocantins, de acordo com o Portal da transparência, de 2013 a 2020 a prefeitura municipal arrecadou aproximadamente R\$22milhões das Fontes de recursos, destes destaca-se os recursos hídricos no qual era esperado R\$306.900,00 e arrecadou-se R\$395.029,87. Conforme estabelecido pela ANA (Agência nacional de água e saneamento básico) os municípios que possuem hidrelétricas recebem receitas como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para aproveitamentos de potenciais hidrelétricos, no caso de Lajeado pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Também demonstrou relevância a arrecadação para o MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) previsto em aproximadamente R\$3 milhões arrecadado em aproximadamente R\$4,7 milhões, gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do IFGF - autonomia do município de Lajeado de 2013 a 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Palmas é uma das capitais mais eficientes no que se refere à autonomia financeira, de acordo com dados do Boletim das Finanças dos Entes Subnacionais de 2021, que considera um conjunto de indicadores para avaliar a saúde financeira, no qual são atribuídas notas que vão de ‘A’ a ‘D’, em que ‘A’ representa uma excelente situação fiscal, equilibrada e com maior autonomia para os compromissos fiscais, a capital manteve a nota ‘A’ nos últimos três anos, de 2018 a 2021. (STN, Boletim dos Entes Subnacionais, 2018).

Vale ressaltar que as circunstâncias, criadas pela pandemia da Covid-19, exigiram uma alocação mais eficiente dos recursos públicos para atender às necessidades básicas da população, nesse sentido, a avaliação da administração das contas públicas municipais necessariamente precisa considerar os fatores extraordinários que marcaram o ano de 2020, os impactos sanitários causados pelo coronavírus exigiram medidas que viabilizassem a atuação rápida e eficiente do setor público (FIRJAN, 2021).

O indicador gasto com pessoal representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal em relação ao total da Receita Corrente Líquida, os gastos com pessoal são gastos necessários para a boa prestação de serviços municipais. De acordo com a LRF/00, os municípios devem gastar até 60% das receitas correntes líquidas (RCL) com pessoal. Portanto, quanto maior o gasto com pessoal em relação a RCL menor é o indicador e menos eficiente é a gestão fiscal com pessoal do município, ou seja, o município que superar os 60% receberão zero no IFGF

Gastos com Pessoal e o que registrar percentual inferior a metade disto receberá 1,00, nota máxima.

O quadro 5 expressa a distribuição do IFGF - Gasto com Pessoal dos municípios da região intermediária de Palmas, bem como a variação de números de municípios por classificação do nível de autonomia dos 42 municípios em todos os anos de análise.

Quadro 5- Evolução em percentual da classificação do IFGF - gastos com pessoal dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

CLASSIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gestão de Excelência	30,95	26,19	28,57	42,86	11,90	14,29	33,33	42,86
Boa Gestão	14,29	19,05	11,90	21,43	11,90	16,67	19,05	9,52
Gestão em Dificuldade	16,67	21,43	33,33	16,67	19,05	23,81	16,67	14,29
Gestão Crítica	35,71	28,57	26,19	14,29	40,48	33,33	28,57	26,19
Dados não Disponíveis	2,38	4,76	0,00	4,76	16,67	11,90	2,38	7,14

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

De maneira geral, a variável de gasto com pessoal oscilou muito ao longo do período. Nos anos de 2013 a 2014 a maioria dos municípios encontrava-se em situação crítica, em 2015 em dificuldade, 2016 excelente, porém em 2017 atinge o nível mais baixo com 40,48% dos municípios com gestão crítica, permanecendo até 2018, nos anos seguintes a Gestão Fiscal de gasto com pessoal cresceu para excelência.

Considerando os municípios com dados disponíveis em todos os anos, destacam-se positivamente Chapada de Areia e Dois Irmãos do Tocantins, mantendo-se durante todo o período na categoria excelente, além disso exceto pelos anos de 2017 e 2018, permaneceu atingindo 1 ponto, considerado o nível mais alto segundo avaliação FIRJAN. Negativamente, são apontados Porto Nacional e Divinópolis do Tocantins, porém, este último no ano de 2020 expressou um aumento de 89,55% em relação ao ano de 2019, alcançando o patamar de excelência.

Cabe ressaltar ainda que, no âmbito nacional:

No ano de 2020, algumas medidas foram tomadas no sentido de priorizar os gastos para atendimento à pandemia e evitar o aumento irresponsável da despesa de pessoal. Nesse sentido, a criação de cargos públicos, a contratação de pessoal, a concessão de reajustes e aumentos salariais foram limitados apenas para as situações vinculadas ao combate da

calamidade pública [...]. Essas medidas frearam o aumento da despesa de pessoal, o que permitiu que os gastos fossem priorizados. (FIRJAN, 2021)

O indicador liquidez verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos em caixa disponíveis para cobri-los no exercício seguinte, assim, refletindo se as prefeituras estão postergando pagamentos de despesas para o exercício seguinte sem a devida cobertura de caixa (FIRJAN, 2021).

Abaixo, o quadro 6 expressa a distribuição do IFGF - Liquidez dos municípios da região intermediária de Palmas, bem como a variação de números de municípios por classificação do nível de autonomia dos 42 municípios em todos os anos de análise.

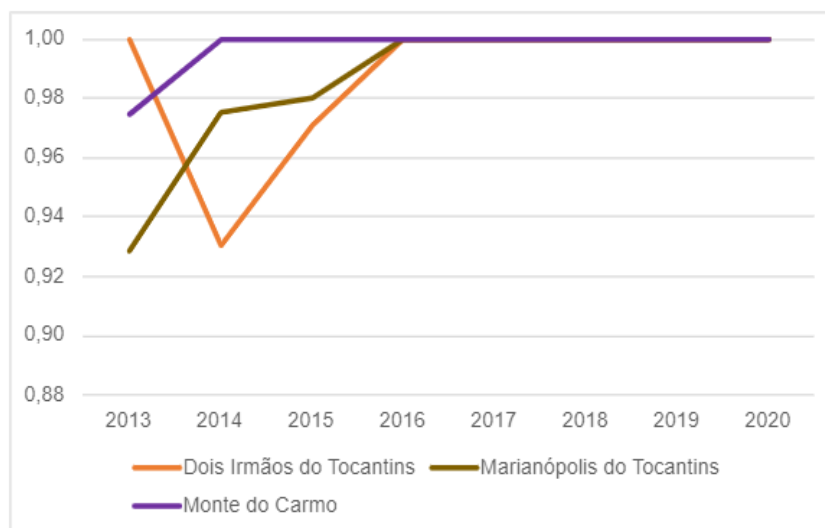
Quadro 6 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - liquidez dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

CLASSIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gestão de Exelência	16,67	11,90	14,29	16,67	26,19	26,19	30,95	33,33
Boa Gestão	21,43	19,05	30,95	30,95	19,05	21,43	23,81	14,29
Gestão em Dificuldade	57,14	57,14	45,24	40,48	30,95	33,33	23,81	38,10
Gestão Crítica	2,38	7,14	9,52	7,14	7,14	7,14	19,05	7,14
Dados não Disponíveis	2,38	4,76	0,00	4,76	16,67	11,90	2,38	7,14

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Ao longo dos anos a maioria dos municípios se manteve com dificuldade de gestão, exceto pelo ano de 2019 que 30,95% deles obtiveram classificação de excelência. Destacaram-se ao longo de todo período os municípios de Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis do Tocantins e Monte do Carmo.

Gráfico 5 - Evolução do IFGF dos municípios alavancadores do indicador de Liquidez na série histórica de 2013 a 2020.

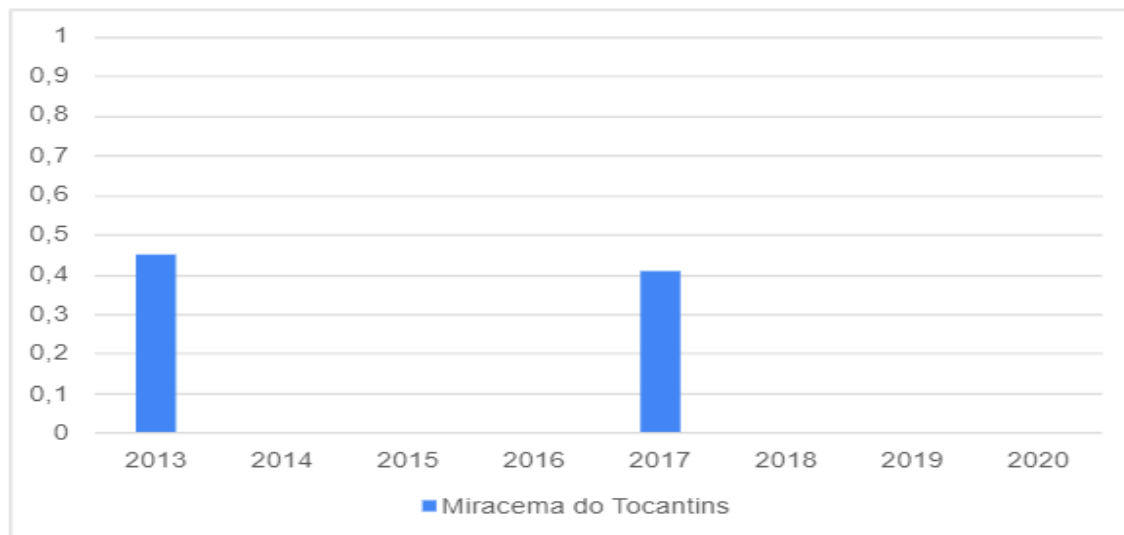


Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Conforme demonstrado no gráfico 5, de 2013 a 2015 além de estarem com indicadores acima de 0,8 pontos, a partir de 2016 mantiveram constância ao alcançar o nível máximo de 1 ponto conforme escala FIRJAN.

Em contrapartida, Miracema do Tocantins em 2013 e 2017 apresentou IFGF Liquidez em gestão crítica, com pontuações inferiores a 0,5 pontos, e nos demais anos foi classificada com nota zero, evidenciando que nestes períodos finalizou o ano sem recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte.

Gráfico 6 - Evolução do IFGF - Liquidez do município de Miracema do Tocantins de 2013 a 2020.

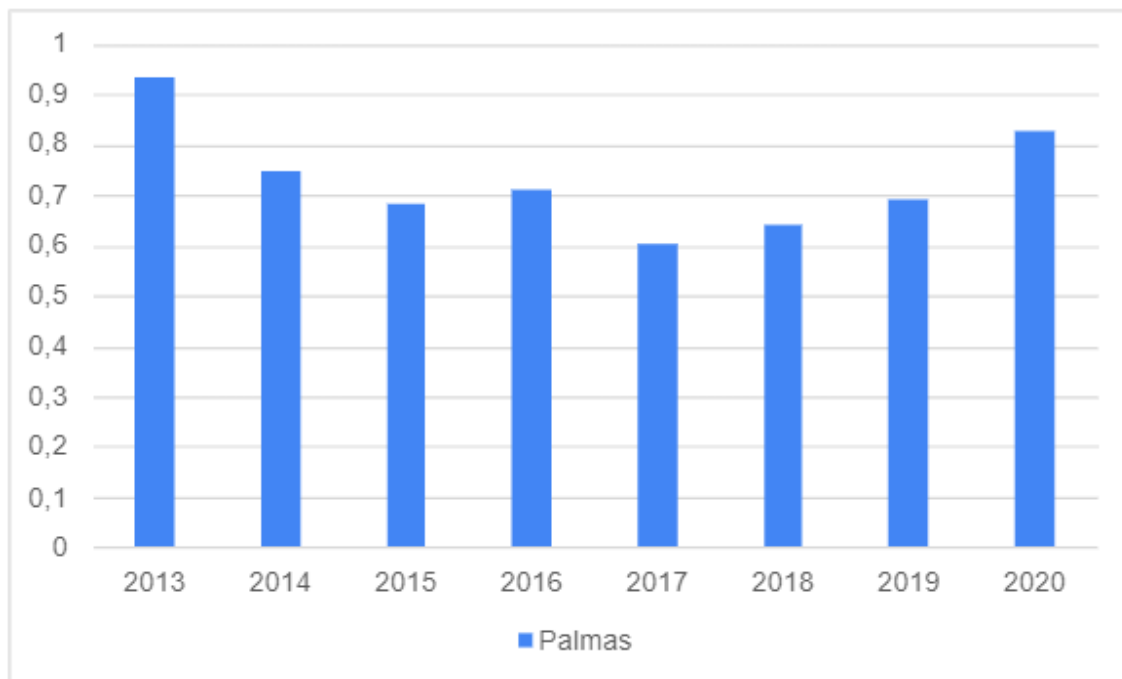


Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

De maneira geral, o Tocantins, segundo Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais divulgado em 2021, demonstrou que o estado não possui capacidade de pagamento, uma vez que alcançou nota geral C na CAPAG¹. Indicou ainda, através do IL um índice de 153,8%. (Os estados todos sem boa classificação de capacidade de pagamentos possuem índice de liquidez maior ou igual a 100%).

¹ Divulgada pelo Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, a CAPAG é a sigla que significa capacidade de pagamento e faz referência a uma classificação de risco elaborada pelo Tesouro nacional para avaliar a situação fiscal de entes subnacionais e identificar aqueles que são capazes de honrar os seus compromissos. As notas variam de A a D, sendo que as notas A e B representam que o ente federativo pode receber garantia da União para novos empréstimos, já as notas C e D demonstram que o estado ou município não possuem capacidade de pagamento.

Gráfico 7 - Evolução do IFGF - Liquidez do município de Palmas de 2013 a 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Em relação às capitais, Palmas vem mantendo boa capacidade de pagamentos, apresentando um índice de liquidez de 60,9% (Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, 2018). “A capital demonstrou indicadores maiores que 0,6 pontos em toda série analisada, apontando certo nível elevado de constância de liquidez.

O objetivo do IFGF Investimentos é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais, estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 12% da sua Receita Total foi atribuída nota 1, assim, na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras. (IFGF - Anexos Metodológicos, 2021).

O indicador mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos investimentos.

Cabe acrescentar que a circunstância atípica da pandemia teve forte influência no percentual investido. Ainda que as prefeituras tenham apresentado baixo nível de autonomia e alta rigidez orçamentária, o estado de calamidade pública exigiu melhor planejamento financeiro e maior nível de investimentos [...]. De fato, os auxílios financeiros e a suspensão de dívidas foram fundamentais para a melhor alocação de recursos e atendimento às necessidades da população. Ademais, na esteira das eleições municipais, as obras públicas também contribuíram para o bom resultado do indicador. (FIRJAN, 2021)

Deste modo, o indicador IFGF investimento mede o quanto da receita total dos municípios é destinado para investimentos em escolas, postos de saúde, hospitais, iluminação pública, pavimentação e na geração de emprego e renda no município.

O quadro abaixo expressa a distribuição do IFGF - Investimento dos municípios da região intermediária de Palmas, bem como a variação de números de municípios por classificação do nível de autonomia dos 42 municípios em todos os anos de análise.

Quadro 7 - Evolução em percentual da classificação do IFGF - Investimento dos municípios da região intermediária de Palmas de 2013 a 2020.

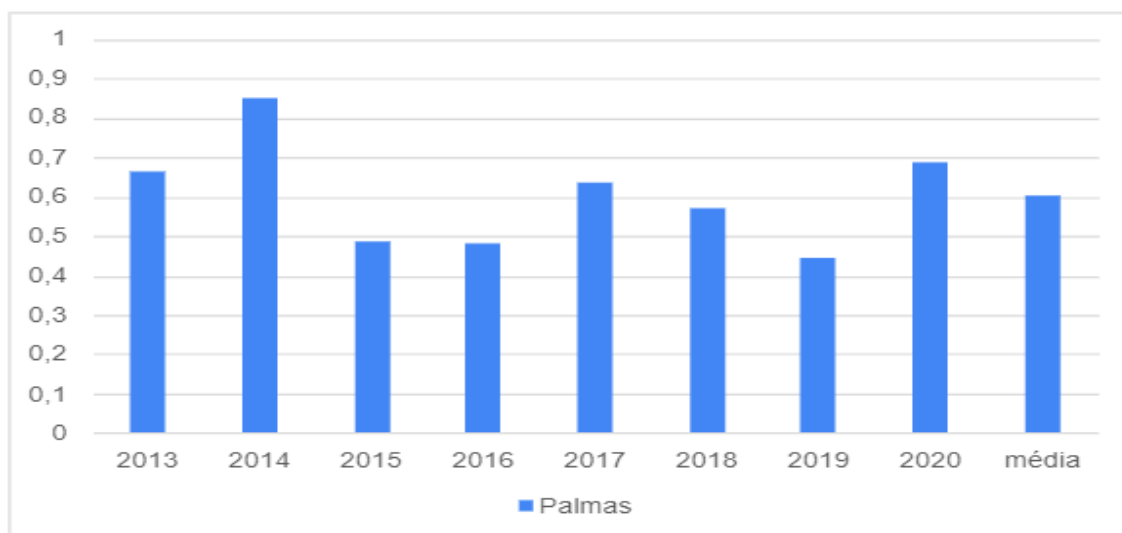
CLASSIFICAÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Gestão de Exelência	23,81	33,33	14,29	26,19	7,14	16,67	7,14	52,38
Boa Gestão	16,67	21,43	26,19	14,29	14,29	14,29	14,29	23,81
Gestão em Dificuldade	23,81	16,67	16,67	33,33	11,90	33,33	40,48	16,67
Gestão Crítica	33,33	23,81	42,86	21,43	50,00	23,81	35,71	0,00
Dados não Disponíveis	2,38	4,76	0,00	4,76	16,67	11,90	2,38	7,14

Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

Ao longo do período, de forma geral, nota-se que os municípios não demonstraram constância. Nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2018, a maior parte dos municípios apresentaram gestão crítica, já em 2019 gestão em dificuldade, enquanto nos anos de 2014, 2016 e 2020 gestão excelente, sendo este último atingido o máximo da série com 52,38% dos municípios nesta situação.

Destacou-se positivamente os municípios de Chapada de Areia e Porto Nacional, que apresentaram em pelo menos 4 vezes ao longo dos períodos 1 pontos, nível máximo de excelência em gestão. Já os municípios de Miracema do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins exibiram uma média inferior a 0,4 pontos, demonstrando pior desempenho em relação aos demais que apresentaram dados em todos os períodos.

Gráfico 8 - Evolução do IFGF - Investimento do município de Palmas de 2013 a 2020.



Fonte: Elaboração própria, dados FIRJAN 2021.

A capital também não demonstrou estabilidade no indicador, oscilando ao longo da série. O nível mais alto atingido foi em 2014 com 0,84 pontos, expressando excelência de gestão, mas a média do período foi de 0,60 pontos manifestando de maneira geral boa gestão. É importante ressaltar que de 2015 a 2016 e de 2018 a 2019, recebeu avaliação de gestão crítica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribui com a literatura de gestão pública ao analisar a gestão fiscal dos 42 municípios que compõem a região intermediária de Palmas, correlacionando os resultados do Índice FIRJAN de Gestão Fiscal com informações relevantes obtidas de diversos meios, sendo os principais: Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, Portal da Transparência, ANA, Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais e CAPAG.

O indicador que demonstrou pior desempenho foi o IFGF autonomia, com o maior número de municípios em gestão crítica de todos os anos analisados, configurando-se como principal entrave à gestão fiscal da região intermediária de Palmas.

Assim, para que a região intermediária passe a cumprir com os limites estabelecidos na LRF e melhore seu nível de gestão fiscal, o planejamento deve ser tratado como prioridade e fator fundamental não só para o atendimento das necessidades básicas da população, como também para cumprir com as obrigações com fornecedores e a atração de investidores, assim, será possível a geração de bem-estar e a melhoria do ambiente de negócios, possibilitando o melhor desempenho fiscal da região no futuro.

Buscando responder ao problema desta pesquisa, no período analisado, é possível observar que os municípios que compõem a região intermediária de Palmas enfrentaram uma gestão fiscal predominantemente em dificuldade, no entanto, vale ressaltar que quando analisados separadamente, alguns municípios apresentaram melhorias nos indicadores de gestão. Como já bem dito aqui, este trabalho se limitou a fazer uma análise da gestão fiscal da região intermediária de Palmas com os indicadores do IFGF, deste modo, é importante que sejam realizadas mais pesquisas que possibilitem alcançar conclusões mais detalhadas, como sugestão para trabalhos futuros tem-se a ampliação da amostra para o estado como um todo, possibilitando a investigação da realidade de outros municípios. Além disso, sugere-se a realização de testes estatísticos que possam aprofundar a análise dos dados.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. S.; FERREIRA, F. G. **A Lei de Responsabilidade Fiscal como Instrumento de Controle e Ajuste das Dívidas dos Estados.** In: ENANPAD – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXIX, 2005, Brasília - DF. XXIX Encontro da ANPAD. Brasília - DF, 2005.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 20 set. 2018.
Acesso em: 2 de agosto de 2021.

BRASIL. Tesouro Nacional. **020332 - Classificações Orçamentárias.** Disponível em: https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/modules/mod_pdf_manual/pdf/manual-siafi.pdf. Acesso em: 15 de março de 2021;

BRASIL. Ministério da fazenda. Secretaria do tesouro nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público,** 8ª Edição. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional Receitas públicas: **manual de procedimentos: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.** – 3.ed. – Brasília: Secretaria. do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2006.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 4 de maio de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2021.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Nova Contabilidade e Gestão Fiscal Modernização da Gestão Pública. Cartilha**, 30 P. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Cartilha_Nova_Contabilidade.pdf>. Acesso em: 14 de Julho de 2021.

CASTRO, Francisco Régis Xavier Moura e. (Coord.). **Apontamentos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Belo Horizonte: Atricon, 2000.

CRUZ, C. F.; AFONSO, L. E. **Responsabilidade na Gestão Fiscal**: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista de Administração Pública, v.52, n.1, 2018.

DIENG, Mamadu, et al. "**Os impactos financeiros gerados pela LRF no que tange ao comprometimento das receitas correntes líquidas com despesas de pessoal.**" CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. Vol. 4. 2004.

FEITOSA, C. O. **Do antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins**: elementos de uma economia em formação. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2011.

FREIXO, M. J.V. **Metodologia da pesquisa**: fundamentos, métodos e técnicas. 3.ed. Lisboa:Instituto Piaget, 2011.

FIROVANTE, D. G.; PINHEIRO, M. M. S.;VIEIRA, R DA S. **Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: Impactos sobre despesa com pessoal e endividamento**. IPEA. 2006. Disponível em: <<http://agencia.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 de Julho de 2021.

FIRJAN. **IFGF - ANEXO METODOLÓGICO**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf>> . Acesso em: 24 de novembro de 2021.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)**. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf>> . Acesso em: 4 de Julho,2021

FIRJAN. **IFGF 2017**. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Ano base 2016. Disponível em: . Acesso em: 11 de Julho de 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, S. C. **Avaliação de desempenho da gestão pública municipal. Dissertação de Mestrado**. Fundação Getúlio Vargas – FGV. (Mestrado em Administração Pública). São Paulo, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, 2001.

IBGE, 2021. Disponível em: <
http://web.archive.org/web/20170901214147/http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 25 nov. 2021.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, Ana Lucia; OLIVEIRA, Nilton Marques; CAMINHA, Fernanda Silva. **Gestão fiscal dos municípios do Tocantins: o que mostra o índice FIRJAN? Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau, v. 7, n. 2, p. 79-108, jan. 2020. ISSN 2317-5443. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/7712>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MORAIS, Hugo Azevedo Rangel de; BONIFÁCIO, Janielly Nara da Silva. **Transferências Constitucionais: uma análise da representatividade do fundo de participação dos municípios para a região do Alto Oeste Potiguar**. Tekhne e Logos, Botucatu, SP, v.7, n.2, Agosto, 2016.

NASCHE, Aline de Oliveira. **O papel do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel: um instrumento de Política de Redução das Desigualdades Regionais Brasileiras** [recurso eletrônico] / Aline de Oliveira Nasche -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. Disponível em: <<http://www.editorafi.org>> . Acesso em: 30 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Fabiana Helcias; PETER, Maria da Glória Arrais; Meneses, Anelise Florencio de. **Lei de responsabilidade fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais**. In: Anais do 10º Congresso USP de controladoria e contabilidade, São Paulo, 26-27 de julho de 2010.

OREIRO, José Luis. **A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica**. Estudos Avançados 31 (2017): 75-88.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

Quais medidas já foram tomadas pelo governo brasileiro em relação a impacto econômico do coronavírus. **Época Negócios**, 2020. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/03/quais-medidas-ja-foram-tomadas-pelo-governo-brasileiro-em-reacao-impacto-economico-do-coronavirus.html>>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

Secretaria do Tesouro Nacional, 2018. “Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais”, Ministério da Fazenda. Disponível em: < [Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais - 2021 — Tesouro Transparente](#)>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

SOUZA, C. A. S.; LOPES, M. L. B.; BENTES, E. S. **A secessão nortista: aspectos socioeconômicos da redivisão territorial no estado do Pará**. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, Belém, v. 5, n. 9, jul./dez., 2009.

TOCANTINS. **Tocantins 33 anos: Setor produtivo alavanca desenvolvimento econômico do Estado**, 2021. Disponível em: < [Tocantins 33 anos: Setor produtivo alavanca desenvolvimento econômico do Estado \(www.to.gov.br\)](http://www.to.gov.br) >. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

ANEXO 1

1.1 IFGF - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

**1.2 IFGF - AUTONOMIA MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE PALMAS**

**1.3 IFGF - GASTO COM PESSOAL MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE PALMAS**

**1.4 IFGF - LIQUIDEZ MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA
DE PALMAS**

**1.5 IFGF - INVESTIMENTO MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO
INTERMEDIÁRIA DE PALMAS**

1.1 IFGF - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abreulândia	0,6764	0,681	0,4602	0,55	0,2966	0,4371	0,5328	0,5926
Aparecida do Rio Negro	0,5499	0,3689	0,3998	0,4827	0,4713	0,5043	0,4613	0,493
Araguacema	0,5982	0,2225	0,3241	0,5416	0,3492	0,2473	0,0809	0,381
Barrolândia	0,6077	0,6329	0,6291	DND	0,0924	0,1561	0,1308	0,4413
Brejinho de Nazaré	0,4612	0,3074	0,4148	0,381	0,2276	0,4152	0,3005	0,6502
Caseara	0,3667	0,189	0,1741	DND	0,4405	0,5483	0,2508	0,5949
Chapada da Natividade	0,601	0,4475	0,5017	0,5781	0,4019	0,4777	0,4685	0,4558
Chapada de Areia	0,6114	0,6418	0,6076	0,5725	0,4865	0,5903	0,6749	0,6303
Cristalândia	0,2739	0,2604	0,4587	0,483	DND	DND	0,4528	0,6199
Divinópolis do Tocantins	0,2366	0,4256	0,4283	0,4473	0,2657	0,4011	0,4716	0,7044
Dois Irmãos do Tocantins	0,6836	0,7553	0,7138	0,7741	0,5923	0,5792	0,6707	0,7402
Fátima	0,4966	0,6233	0,4158	0,6406	0,1029	0,3857	0,3982	0,4123
Ipueiras	0,3814	0,4301	0,3365	0,4707	DND	DND	0,382	DND
Lagoa da Confusão	0,4785	0,4332	0,447	0,414	0,4273	0,3403	0,4367	0,5417
Lagoa do Tocantins	0,223	0,2571	0,347	0,4835	0,4169	0,6523	0,5492	0,6431
Lajeado	0,6791	0,8043	0,7439	0,6949	0,5949	0,8236	0,5748	0,4743
Lizarda	0,3457	0,456	0,2636	0,4585	0,4204	0,4732	0,5849	0,6552
Marianópolis do Tocantins	0,5273	0,4434	0,3955	0,3943	0,3826	0,5431	0,572	0,774
Mateiros	0,3591	0,3046	0,3485	0,2872	0,2334	0,4884	DND	0,7276
Miracema do Tocantins	0,5867	0,6026	0,5751	0,5955	0,4708	0,4805	0,3763	0,4182
Miranorte	0,3435	DND	0,4464	0,6756	0,4711	0,7165	0,5331	0,6631
Monte do Carmo	0,4987	0,5262	0,6102	0,5726	0,4046	0,5441	0,6089	0,8152
Monte Santo do Tocantins	0,4274	0,4891	0,3615	0,5035	0,4851	0,5232	0,5244	0,704
Natividade	0,4453	0,2935	0,344	0,4389	DND	0,5771	0,5954	DND
Nova Rosalândia	0,462	0,5623	0,5712	0,5607	0,2066	0,2595	0,5061	0,5845
Novo Acordo	DND	0,3317	0,3673	0,4351	DND	0,3206	0,5286	0,4749
Oliveira de Fátima	0,1439	0,3912	0,3508	0,4449	0,5215	DND	0,75	DND
Palmas	0,6764	0,7505	0,5925	0,5815	0,6773	0,6951	0,688	0,7362
Paraíso do Tocantins	0,5724	0,8686	0,6522	0,6166	0,5113	0,6398	0,642	0,7142
Pindorama do Tocantins	0,3177	0,3921	0,3593	0,577	0,4027	0,3449	0,23	0,4489
Pium	0,826	DND	0,6473	0,7474	0,6872	0,5894	0,6869	0,7745
Ponte Alta do Tocantins	0,3592	0,3301	0,3901	0,3815	0,2698	0,2461	0,2473	0,4318
Porto Nacional	0,5262	0,617	0,706	0,7172	0,5967	0,5907	0,6171	0,683
Pugmil	0,5201	0,4855	0,4025	0,5464	0,3102	DND	0,3548	0,4539
Rio dos Bois	0,4187	0,5226	0,538	0,5	0,3355	0,3544	0,2915	0,5706
Rio Sono	0,1874	0,1948	0,2894	0,4887	DND	0,475	0,373	0,5175
Santa Rita do Tocantins	0,3657	0,4781	0,5342	0,6219	DND	0,5249	0,5838	0,8179
Santa Rosa do Tocantins	0,3684	0,536	0,3837	0,5626	0,5593	0,6031	0,5904	0,6688
Santa Tereza do Tocantins	0,6407	0,5368	0,3316	0,4972	DND	0,4843	0,3499	0,2954
São Félix do Tocantins	0,5296	0,4641	0,4478	0,5253	0,67	DND	0,5791	0,5018
Silvanópolis	0,2829	0,5378	0,3377	0,4575	0,53	0,6899	0,5733	0,8056
Tocantínia	0,5233	0,533	0,462	0,5611	0,3598	0,2733	0,3323	0,4769

*DND – dados não disponíveis.

1.2 IFGF - AUTONOMIA MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abreulândia	0	0	0	0	0	0	0	0
Aparecida do Rio Negro	0	0	0	0	0	0	0	0
Araguacema	0	0	0	0	0	0,1131	0,1009	0,0647
Barrolândia	0	0	0	DND	0	0	0	0
Brejinho de Nazaré	0	0	0	0	0	0	0,1294	0,0946
Caseara	0	0	0,028	DND	0,1202	0,0881	0,1182	0,5279
Chapada da Natividade	0	0	0	0	0	0	0	0
Chapada de Areia	0	0	0	0	0	0	0	0
Cristalândia	0,1864	0	0,2002	0,0532	DND	DND	0	0,0426
Divinópolis do Tocantins	0,0685	0,318	0,3299	0,3629	0,2351	0,2198	0,2896	0,4133
Dois Irmãos do Tocantins	0,064	0,0906	0,085	0,2747	0,3019	0,1414	0,0989	0,2048
Fátima	0	0,0546	0	0	0	0	0	0
Ipueiras	0	0	0	0	DND	DND	0	DND
Lagoa da Confusão	0,3597	0,3999	0,3433	0,1991	0,3118	0,4386	0,5458	0,688
Lagoa do Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado	0,8547	1	0,9895	0,9743	0,7145	1	1	1
Lizarda	0	0	0	0	0	0	0	0
Marianópolis do Tocantins	0,1273	0,1415	0,1341	0,1099	0,2335	0,4003	0,4413	0,6083
Mateiros	0,0402	0	0	0,0829	0	0,818	DND	0,236
Miracema do Tocantins	0,9312	1	1	1	0,844	0,8895	0,8485	0,6972
Miranorte	0	DND	0,1896	0,3143	0,2613	0,5747	0,5718	0,4925
Monte do Carmo	0,2384	0,2911	0,2186	0,178	0,0298	0,0804	0,1637	0,2945
Monte Santo do Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0
Natividade	0,3079	0,3531	0,3358	0,3206	DND	0,5638	0,4287	DND
Nova Rosalândia	0	0	0	0	0	0	0	0
Novo Acordo	DND	0	0	0	DND	0	0,0212	0
Oliveira de Fátima	0	0	0	0	0	DND	0	DND
Palmas	0,7558	0,6761	0,7919	0,6928	0,9309	0,8862	0,9794	0,9623
Paraíso do Tocantins	0,7408	0,8547	0,8147	0,7322	0,7787	0,8388	0,959	0,8424
Pindorama do Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0
Pium	0,6698	DND	0,5268	0,7663	0,698	0,7415	0,9015	0,9319
Ponte Alta do Tocantins	0	0	0,1908	0	0,0468	0	0	0
Porto Nacional	0,8988	1	0,944	0,6685	0,5997	0,5638	0,5804	0,55
Pugmil	0	0	0	0	0	DND	0	0,0663
Rio dos Bois	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Sono	0	0,1053	0,2636	0,2558	DND	0,4368	0,1175	0,3551
Santa Rita do Tocantins	0	0	0	0	DND	0	0,4297	0,6756
Santa Rosa do Tocantins	0	0	0,1066	0,1657	0,1225	0,3696	0,3371	0,3969
Santa Tereza do Tocantins	0	0	0	0	DND	0	0	0
São Félix do Tocantins	0	0	0	0	0,1322	DND	0,1364	0,2983
Silvanópolis	0	0	0	0	0,2749	0,3876	0,2235	0,3232
Tocantínia	0,3375	0	0	0,045	0	0	0,1154	0,0723

*DND – dados não disponíveis.

1.3 IFGF - GASTO COM PESSOAL MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abreulândia	1	1	1	0,9611	0,0949	0,5818	0,7602	0,8106
Aparecida do Rio Negro	0,8435	0,2609	0,4459	0,6458	0,1776	0,0251	0,4435	0,2525
Araguacema	1	0	0,4412	1	0,3328	0,286	0,0985	0,3001
Barrolândia	1	1	1	DND	0	0	0,035	0,1871
Brejinho de Nazaré	0,3979	0,0271	0,4287	0,3995	0,2061	0,7589	0,7935	0,9793
Caseara	0,6028	0,4721	0,5107	DND	0,516	0,6822	0,3044	0,8609
Chapada da Natividade	0,9446	0,7779	0,9253	0,8883	0,4468	0,5625	0,9562	0,9026
Chapada de Areia	1	1	1	1	0,8531	0,9704	1	1
Cristalândia	0,0937	0,5015	0,726	0,7934	DND	DND	0,8755	1
Divinópolis do Tocantins	0,2322	0,1977	0,2664	0,3667	0,0117	0,2452	0,4339	0,8225
Dois Irmãos do Tocantins	1	1	1	1	0,8794	0,8391	1	1
Fátima	0,4088	0,5311	0	0,8426	0,0987	0,2083	0,6926	0,5273
Ipueiras	0,4162	0,7943	0,6277	0,9347	DND	DND	0,9007	DND
Lagoa da Confusão	0,4368	0,5635	0,549	0,4844	0,4827	0,0691	0,2332	0
Lagoa do Tocantins	0,0413	0,2545	0,7121	1	0,6476	0,6644	0,6158	0,7565
Lajeado	1	1	1	0,973	0,9755	1	0,3852	0
Lizarda	0,6476	0,402	4200	0,9084	0,6467	0,4596	0,7635	0,9257
Marianópolis do Tocantins	0,2329	0,4788	0,24	0,1976	0,2296	0,5438	0,4582	0,8379
Mateiros	0,3963	0,3205	0,3301	0,6742	0,2821	0,9721	DND	1
Miracema do Tocantins	0,7337	1	1	1	0,4838	0,434	0,4566	0,5363
Miranorte	0,2393	DND	0,4981	0,3881	0,2934	0,3827	0,3711	0,2293
Monte do Carmo	0,3552	0,5005	0,555	0,7445	0,2501	0,5983	0,7111	1
Monte Santo do Tocantins	0,5531	0,6594	0,341	0,585	0,8518	0,3673	0,8179	1
Natividade	0,2552	0	0,1234	0,0872	DND	0,6389	0,6806	DND
Nova Rosalândia	0,8873	0,6442	0,6008	0,7408	0,4119	0,5077	0,8072	0,7702
Novo Acordo	DND	0,275	0,3722	0,4167	DND	0,4521	0,8395	0,6421
Oliveira de Fátima	0,0831	0	0,1494	0,3977	0,3828	DND	1	DND
Palmas	0,3553	0,7313	0,4064	0,4396	0,5403	0,6822	0,6356	0,4708
Paraíso do Tocantins	0,3375	1	0,461	0,7104	0,2993	0,4697	0,3869	0,4514
Pindorama do Tocantins	0,446	0,2381	0,4229	1	0,348	0,292	0,3121	0,2777
Pium	0,905	DND	0,404	0,7367	0,6492	0,1233	0,3445	0,53
Ponte Alta do Tocantins	0,3312	0,4771	0,7881	0,4171	0,3072	0,2032	0,1511	0,2327
Porto Nacional	0,206	0	0,5686	0,4873	0,2765	0,3649	0,4379	0,2637
Pugmil	0,667	0,4015	0,3674	0,6557	0	DND	0,2151	0,2085
Rio dos Bois	1	0,7882	0,5112	1	0,5254	0,6231	0,5759	0,7966
Rio Sono	0	0,2796	0,2468	0,6547	DND	0,3383	0,2123	1
Santa Rita do Tocantins	0,6409	0,8351	0,8134	0,8519	DND	0,53	0,8332	1
Santa Rosa do Tocantins	0,5599	0,7083	0,3916	0,5047	0,4796	0,7286	0,9641	0,8034
Santa Tereza do Tocantins	1	1	1	1	DND	0,9095	0,8207	0,2172
São Félix do Tocantins	1	1	1	1	1	DND	1	1
Silvanópolis	0,4367	0,7146	0,8614	0,9248	0,6203	1	0,8007	0,9705
Tocantínia	0,695	0,8857	0,8722	0,9098	0,7902	0,3862	0,576	0,5555

*DND – dados não disponíveis.

1.4 IFGF - LIQUIDEZ MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Abreulândia	0,9612	0,9716	0,0572	0,2545	0,2972	0,24	0,4757
Aparecida do Rio Negro	0,793	0,7363	0,6936	0,573	0,819	1	0,5515
Araguacema	0,7297	0,4075	0,4204	0,5662	0,4543	0,1138	0,1243
Barrolândia	0,9198	1	1	DND	0,3696	0,6246	0,4882
Brejinho de Nazaré	0,9673	0,6566	0,6659	0,5856	0,2291	0,4161	0,2741
Caseara	0,4305	0,2837	0,1576	DND	0,648	1	0,5805
Chapada da Natividade	1	0,5341	0,6249	0,9277	0,383	0,7695	0,2871
Chapada de Areia	1	1	0,9345	0,6826	0,5477	0,5788	1
Cristalândia	0,363	0,1162	0,3531	0,611	DND	DND	0,2434
Divinópolis do Tocantins	0,2326	0,7682	0,6363	0,6047	0,2154	0,5119	0,5871
Dois Irmãos do Tocantins	0,6702	1	0,7922	0,8216	0,1877	0,3364	0,5841
Fátima	0,7608	1	0,9542	1	0,3128	0,5781	0,3667
Ipueiras	0,4901	0,4708	0,1806	0,4323	DND	DND	0
Lagoa da Confusão	0,6784	0,3144	0,2877	0,4524	0,3538	0,2677	0,3712
Lagoa do Tocantins	0,3341	0,2933	0,147	0,3808	0,1241	0,945	0,5809
Lajeado	0,4232	0,7618	0,5176	0,373	0,2164	0,7304	0,3317
Lizarda	0,224	1	0,2228	0,4987	0,2975	0,8049	0,9173
Marianópolis do Tocantins	0,8204	0,1782	0,2276	0,2697	0,0674	0,2285	0,3887
Mateiros	0,4396	0,4006	0,6306	0,3916	0,2067	0,2412	DND
Miracema do Tocantins	0,2313	0,4104	0,3006	0,3819	0,1472	0,5986	0,2001
Miranorte	0,4629	DND	0,1193	1	0,3295	0,9088	0,1896
Monte do Carmo	0,4264	0,3131	0,6671	0,3678	0,3384	0,4978	0,5607
Monte Santo do Tocantins	0,4164	0,6529	0,4122	0,5738	0,0887	1	0,2795
Natividade	0,5988	0,1839	0,2942	0,6313	DND	0,3025	0,4579
Nova Rosalândia	0,3926	1	1	1	0,4143	0,5305	0,6609
Novo Acordo	DND	0,4132	0,3649	0,7502	DND	0,411	0,7584
Oliveira de Fátima	0	1	0,5978	0,5843	0,8401	DND	1
Palmas	0,6631	0,849	0,4878	0,4831	0,6367	0,5718	0,4464
Paraíso do Tocantins	0,2114	0,6197	0,3331	0,3724	0,2402	0,5821	0,4508
Pindorama do Tocantins	0,2939	0,8218	0,5325	0,6882	0,6979	0,4938	0,6079
Pium	0,9097	DND	0,6583	0,4865	0,4014	0,4927	0,5017
Ponte Alta do Tocantins	0,6159	0,2774	0,0465	0,5644	0,1347	0,1793	0,0933
Porto Nacional	1	1	0,7743	1	0,5106	0,4341	0,4501
Pugmil	0,82	0,9766	0,6352	1	0,6719	DND	0,6161
Rio dos Bois	0,1889	0,7333	1	1	0,3396	0,3044	0,0427
Rio Sono	0,0697	0,3942	0,6472	0,5702	DND	0,5647	0,6102
Santa Rita do Tocantins	0,3641	0,604	0,8213	1	DND	1	0,4954
Santa Rosa do Tocantins	0,3138	0,8036	0,4293	0,9903	1	0,7544	0,458
Santa Tereza do Tocantins	1	0,567	0,3263	0,3325	DND	0,6275	0,5791
São Félix do Tocantins	0,5114	0,2474	0,1882	0,4687	0,7191	DND	0,3912
Silvanópolis	0,1762	1	0	0,4207	0,7001	0,7243	0,4482
Tocantínia	0,5926	0,7895	0,3959	0,8115	0,1412	0,2276	0,638

*DND – dados não disponíveis.

1.5 IFGF - INVESTIMENTO MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE PALMAS

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abreulândia	0,7444	0,7524	0,7837	0,9846	0,7943	0,9264	0,8953	0,9021
Aparecida do Rio Negro	0,5631	0,4784	0,4598	0,712	0,8887	0,9922	0,8501	0,8354
Araguacema	0,6632	0,4827	0,4347	0,6003	0,6096	0,4761	0	0,6334
Barrolândia	0,5109	0,5316	0,5166	dnd	0	0	0	0,5781
Brejinho de Nazaré	0,4798	0,546	0,5646	0,5391	0,475	0,4856	0	0,5271
Caseara	0,4335	0	0	dnd	0,4776	0,4231	0	0
Chapada da Natividade	0,4592	0,4781	0,4568	0,4966	0,7779	0,579	0,6308	0,434
Chapada de Areia	0,4456	0,567	0,4957	0,6076	0,5452	0,8121	0,6997	0,5211
Cristalândia	0,4526	0,4239	0,5556	0,4745	dnd	dnd	0,6922	0,5047
Divinópolis do Tocantins	0,413	0,4185	0,4805	0,4549	0,6008	0,6276	0,5757	0,7006
Dois Irmãos do Tocantins	1	0,9307	0,9708	1	1	1	1	1
Fátima	0,817	0,9075	0,709	0,72	0	0,7563	0,5336	0,6636
Ipueiras	0,6193	0,4551	0,5378	0,5159	dnd	dnd	0,6273	dnd
Lagoa da Confusão	0,439	0,4549	0,608	0,5201	0,5609	0,5857	0,5967	0,4789
Lagoa do Tocantins	0,5167	0,4808	0,5291	0,5531	0,8959	1	1	0,8157
Lajeado	0,4384	0,4556	0,4683	0,4593	0,4733	0,5638	0,5822	0,4561
Lizarda	0,511	0,4219	0,4115	0,4269	0,7376	0,6284	0,6587	0,6953
Marianópolis do Tocantins	0,9288	0,9751	0,9805	1	1	1	1	1
Mateiros	0,5601	0,4974	0,4333	0	0,4445	0,6586	dnd	0,6744
Miracema do Tocantins	0,4505	0	0	0	0,4081	0	0	0
Miranorte	0,672	dnd	0,9787	1	1	1	1	1
Monte do Carmo	0,9746	1	1	1	1	1	1	1
Monte Santo do Tocantins	0,7403	0,644	0,6928	0,8554	1	0,7256	1	0,9967
Natividade	0,6192	0,6369	0,6226	0,7164	dnd	0,8033	0,8146	dnd
Nova Rosalândia	0,5679	0,6049	0,6842	0,5021	0	0	0,5563	0,5679
Novo Acordo	dnd	0,6384	0,7322	0,5735	dnd	0,4193	0,4953	0,5234
Oliveira de Fátima	0,4926	0,5648	0,6561	0,7976	0,863	dnd	1	dnd
Palmas	0,9313	0,7457	0,6837	0,7105	0,6015	0,64	0,6908	0,8241
Paraíso do Tocantins	1	1	1	0,6512	0,7269	0,6686	0,7712	0,8687
Pindorama do Tocantins	0,5309	0,5085	0,4818	0,6199	0,565	0,5938	0	0,5178
Pium	0,8197	DND	1	1	1	1	1	1
Ponte Alta do Tocantins	0,4897	0,5658	0,535	0,5443	0,5904	0,6018	0,7448	0,8366
Porto Nacional	0	0,4681	0,537	0,713	1	1	1	0,9182
Pugmil	0,5934	0,5639	0,6075	0,53	0,5688	dnd	0,5878	0,5961
Rio dos Bois	0,4859	0,5688	0,6409	0	0,477	0,4901	0,5476	0,4859
Rio Sono	0,6799	0	0	0,474	dnd	0,5603	0,5521	0,4028
Santa Rita do Tocantins	0,4578	0,4732	0,5022	0,6357	dnd	0,5696	0,5769	0,5959
Santa Rosa do Tocantins	0,6001	0,6323	0,6074	0,5896	0,6353	0,5596	0,6024	0,5007
Santa Tereza do Tocantins	0,5627	0,5801	0	0,6563	dnd	0,4004	0	0,4176
São Félix do Tocantins	0,6068	0,6089	0,6029	0,6325	0,8289	dnd	0,7887	0
Silvanópolis	0,5186	0,4366	0,4895	0,4845	0,5248	0,6476	0,8208	0,9289
Tocantínia	0,4681	0,4569	0,5798	0,478	0,5078	0,4793	0	0,6242

*DND – dados não disponíveis.